

O pacote, por decreto-lei?

Talvez só na crise político-institucional de 1961 se tenha reclamado tanta pressa para o Congresso votar proposições fadadas a causar no País repercussão e consequências como as que provocaria, agora, esse volumoso pacote que o Executivo pediu ao Legislativo para referendar, ao apagar das luzes da atual sessão legislativa. Assinala-se, entretanto, que neste 1985 os parlamentares disporiam de menos tempo do que dispuseram senadores e deputados que há 24 anos deliberaram instituir o arremedo de parlamentarismo que serenou os ânimos e encurto caminho para a posse do sr. João Goulart na Presidência da República, adiando por quase três anos a cirurgia levada a efeito pelo Movimento de 31 de Março. É fácil constatar como a pressão do tempo escasso se abateu de forma *sui generis* sobre os delegados do povo, que em apenas seis dias úteis deveriam examinar e aprovar ou rejeitar o pacote em questão. O primeiro dia para que desempenhassem a tarefa assinada teria sido ontem, sexta-feira, 29. Com o fim de semana, eles só retornariam à Praça dos Três Poderes na segunda-feira, 2 de dezembro; porém, na quinta-feira, 5, encerrariam os trabalhos deste ano. E não é só. Sabido que a sexta e a segunda-feira são dias "mortos", os seis mencionados se restringiam, na verdade, a quatro.

Por tudo isso, é fácil entender as razões pelas quais não se votou a urgência indispensável à apreciação da matéria a toque de caixa — e na marra, o governo anunciando, no tom triunfalista de que se apoderou, as virtudes das medidas com as quais, de um golpe, o País sairia da recessão, acabará com o arrocho, baixará o preço da alimentação para as populações pobres, desestatizará a economia, imporá a austeridade administrativa, decretará a saúde pública e acionará a mão boba do Fisco para abastecer o Erário de recursos. Em suma, uma autêntica panacéia, tomada a palavra em seu sentido preciso de remédio para todos os males. Sucedeu que o povo e a representação parlamentar, que decide por ele, sabem que não existe medicamento de tamanha eficácia para erradicar os males de que o Brasil padece; e, por des-

confiar do que se escondia por detrás da exigüidade de tempo para apor sua assinatura na bula redigida na Esplanada dos Ministérios, por uma geração de iluminados que aterrissou lá há pouco tempo, resolveram pagar para ver. Se tudo é de fato tão bom quanto anunciam os esculápios, fiquem eles com os méritos integrais da cura. Se não for, não haverá como recusar-lhes o demérito de agravar o precário estado de saúde do doente...

Resta ao governo escolher entre a saída do decreto-lei, à qual fazia questão de dizer-se avesso com arrogância idêntica à que ostenta para afirmar que está salvando a Pátria, e o voto de liderança, ou o rolo compressor do PMDB/PFL. A postura e a pressa com que proclama que (no papel) equacionou corretamente os magnos problemas brasileiros, fazem lembrar a anedota em que são personagens o professor de relações públicas e um casal de namorados da classe a que dava aulas. O jovem perguntou ao mestre, já a meio do ano, como se poderia, afinal, definir a disciplina. Ouviu uma resposta surpreendente, que não continha a definição solicitada, mas um exemplo. "Você está aqui com sua namorada", disse o professor, acrescentando: "Se casar com ela porque mostrou que é bom, o que fez foi promoção de venda". E rematou: "Mas se ela casar com você porque os pais dela a fizeram ver que você é bom, o que fez foi relações públicas". Pois bem, a realidade é esta: à falta de terceiros que falem bem dele, autopromove-se o governo. É claro que esse esforço por mostrar-se eficiente, realizador, inovador e providencial pressupõe que fatos confirmem a louvação; e se, a curto e a médio prazo, esses fatos não forem registrados, a credibilidade dos ministros que se envolveram nela desabará irremediavelmente. Bem contado o tempo, lá por fevereiro se terá condições de apurar, diante dos índices da inflação (e da desordem que causarão, se explodirem, no trimestre, à média de 15% mensal), se o pacote era o que diziam aqueles que o fizeram e amarraram. Por coincidência, será a hora de cuidar, então, da reforma ministerial.

Ao que tudo indica, não é preciso ser profeta para adiantar que, votado e sancionado, ou decretado, esse pacote não eliminará o tropeço que impõe à economia as maiores dificuldades porque passa: a inflação. Não há de ser mediante a expulsão dos índices da FGV, para adoção de outros, domésticos, que o governo a derrotará. No entanto, se não a derrotar, será ele mesmo derrotado. Quem anteviu com realismo de homem de Estado as consequências do drama de um processo de desvalorização monetária como o que está arrastando o País para o desconhecido foi Tancredo Neves. Desgraçadamente, com a morte dele sepultou-se o propósito de restaurar a dignidade do dinheiro, cujo poder aquisitivo se avulta mês a mês, com o cortejo de desgraças que acompanham uma taxa inflacionária superior a 200% ao ano. Desde que se instalou o governo Figueiredo, essa taxa entrou a subir até esse patamar sinistro. Não há economia que resista à agressão dela, longamente. Não há pacote que, sem a combater, produza resultados suscetíveis de corresponder à expectativa de que se cerca esse que foi oferecido anteontem ao Congresso, talvez na tentativa canhestra de vinculá-lo às providências lucubradas pelos economistas oficiais.

O fato de os parlamentares, até ontem, manifestarem que declinam da homenagem é sintomático. Em ano pré-eleitoral, exprimiram uma tendência: fazer que o governo responda, sozinho, pelo êxito ou pelo malogro do Programa de Mudanças que lançou. Descartada pelo líder Pimenta da Veiga a possibilidade de uma convocação extraordinária do Legislativo, ou tal programa nascerá do arbitrário voto de liderança, ou do rolo referido, ou emanará do decreto-lei, filho dileto da legislação que caracteriza o entulho autoritário; porque não se deve esperar que aguarde até março vindouro para ser debatido e votado com tempo suficiente a que se possa estudá-lo bem, a ver que saldo dá: positivo ou negativo. O governo faz saber que ele é ótimo, perfeito, definitivo e imprescindível. Ninguém se espante, assim, se acabar por baixá-lo. Depois, será o que Deus quiser.